PREFEITURA DE MANAUS

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA (COMINV) DO ANO DE 2019.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se, na sede da Manaus Previdência, o Comitê de Investimentos (Cominv). Na oportunidade, participaram da reunião: o Presidente, **Flávio Rodrigues de Castro;** os membros, **Caio César Andrade, Carolinne Nunes dos Santos, Fernando Krichanã dos Santos, Janio José Paes Guimarães, Marcelo Magaldi Alves e Suani dos Santos Braga**; e a convidada, **Lyvia Belém Martins Guimarães** (Diretora de Administração e Finanças da Manaus Previdência). Iniciada a reunião, o Presidente do Comitê, Flávio de Castro, cumprimentou a todos os presentes, passando à leitura da pauta do dia: (1) Relatório de Investimentos referente ao mês de julho de 2019; (2) Realocação de fundos; e (3) Outros assuntos eventualmente pertinentes. Nessa perspectiva, iniciou sua apresentação com os dados da Evolução da Carteira de Investimentos da Manaus Previdência, cuja posição, em 31/07/2019, foi de R$ 1.078.053.584,44, dos quais, R$ 1.035.144.099,47 correspondem ao Plano Previdenciário, R$ 21.051.187,08 ao Plano Financeiro e R$ 21.858.297,89 à Taxa de Administração. Na composição da Carteira Total por Segmento, expôs que: 30% estão alocados em títulos/fundos atrelados à Inflação, outros 30% alocados em Renda Fixa, 18% em Bolsa, 6% em Multimercado, 5% em Pré-Fixados, 5% em Crédito Privado, 2% em FIP, 2% em FI Imobiliário, 1% em DI e 1% em FIDC. Na Composição quanto à Qualidade do Investimento, 92,14% correspondem à Carteira sem Fundos Problemáticos e 7,86% de Investimentos Problemáticos. No que se refere ao Histórico de Rentabilidade, elucidou que, em julho de 2019, o Plano Previdenciário rendeu 1,46% e, desconsiderando os Fundos Problemáticos, tal resultado foi de 1,60%, enquanto que a meta atuarial foi de 0,72%, o CDI 0,57% e o Ibovespa 0,84%. Desse modo, no acumulado do ano de 2019, a rentabilidade do PPREV foi de 11,78% e, sem os Fundos Problemáticos, de 12,77%, face à meta atuarial de 5,94%, o CDI de 3,66% e o Ibovespa de 15,84%. Em janelas mais longas, nos últimos 12 meses, a rentabilidade do PPREV foi de 17,86% e, sem os Fundos Problemáticos, de 19,85%, contra a meta atuarial de 9,34%, o CDI de 6,34% e o Ibovespa 28,52%; já nos últimos 24 meses, a rentabilidade do PPREV foi de

24,24%, sem os Fundos Problemáticos de 31,22%, contra a meta atuarial de 21,07%, o CDI de 13,92% e o Ibovespa de 54,46%. Nesse talante, considerando todos os planos (PPREV, PFIN e TX ADM), em julho de 2019, a Carteira da Manaus Previdência está dividida em 73% de renda fixa e 27% de renda variável, sendo que, desta última, 6% está em Multimercado, 2% em Fundo Imobiliário, 18% em Bolsa e 2% em Fundo de Participação. Na sequência, o Presidente passou à seção do Relatório que retrata um resumo individual dos fundos existentes na Carteira, com dados da rentabilidade no mês, no ano e nos últimos 12 e 18 meses, além de dados como o PL Atual, Sharpe, VaR, Volatilidade e Liquidez, bem como gráficos de dispersão do Patrimônio Líquido e do "Risco x Retorno", de cada um. Além de exibir os principais ativos de cada categoria, destacando um bom desempenho de todos, à exceção dos problemáticos, nos Fundos de Renda Fixa, comentou a respeito da rentabilidade, no mês de julho, do Itaú Alocação Dinâmica (0,95%), BB Alocação Ativa (1,02%) e Bradesco Alocação Dinâmica (0,93%), que são os três ativos da Carteira com a mesma estratégia e que estão sob o olhar atento da SUPINV e do COMINV para realocações futuras, a fim de premiar o melhor Gestor. Finalizada a apresentação, restou aprovado, por unanimidade o Relatório de Investimentos referente ao mês de julho de 2019, momento em que todos assinaram o Parecer nº 11/2019 – COMINV/MANAUS PREVIDÊNCIA, a ser referendado pelo Conselho Fiscal (Cofis). Passando ao próximo item da pauta, que trata de realocação de recursos, o Presidente do Comitê explicou que, seguindo o plano de estar atento tanto aos gestores que estão entregando um bom resultado, quanto aos que não estão, e em análise ao Portfólio dos Fundos de Ações, a proposta é proceder ao resgate parcial dos recursos alocados no Meta Valor, R$ 3 milhões, cuja posição total atualmente é de R$ 8 milhões. O resgate tem por motivo o fato de o fundo ser o que tem menos rentabilizado da categoria, em todas as janelas (mensal, anual, últimos 12 e 18 meses). No acumulado de 2019, o Meta Valor rendeu 11%, enquanto que outros fundos da Carteira, da mesma categoria, renderam bem mais, a exemplo do Sulamérica Equities (27%), do Caixa Small Caps (26%) e o Icatu Dividendos (25%). Explicou que o Meta Valor tem estratégia de fundos de ação livre e acompanha o índice IBX. Nesse intento, expôs que, seguindo com a ideia de

acompanhar quem está entregando menos e quem está entregando mais, já foi dado tempo razoável ao fundo em questão para aguardar uma retomada na rentabilidade, o que não se concretizou. O Presidente do Comitê, então, sugeriu a realocação de tais recursos – R$ 3 milhões – para o Icatu Dividendos, por ser um dos fundos que vem melhor desempenhando, tem menor volatilidade e vai de encontro à ideia de trocar fundos mais voláteis por menos voláteis. O comitente Janio, em contrapartida, dada as considerações sobre o desempenho do Fundo muito abaixo do esperado, levantou a hipótese de o saque ser maior, na ordem de R$ 4 milhões. Dessa feita, foi examinada a composição da Carteira Consolidada – Ativos (%) do Fundo Meta Valor FI Ações, segundo dados de julho de 2019, verificando-se que as duas maiores posições são a Vale com 7,59% e a Petrobrás 7,48%, ou seja, duas estatais que passaram por grandes acontecimentos negativos nos últimos meses. Feitas tais considerações, o Presidente do Comitê colocou em votação duas alternativas: (I) resgate imediato de R$ 3 milhões e, após, falar com o Gestor para conhecer melhor sua tomada de decisão, para então deliberar sobre o resgate do saldo remanescente; ou, (II) resgate de R$ 4 milhões, o que representa metade dos recursos lá investidos, haja vista o resultado insatisfatório e a composição da Carteira do Fundo. Dessarte, por maioria (votos dos comitentes Flávio, Fernando, Marcelo, Suani e Carolinne), o Comitê de Investimentos deliberou pela primeira opção acima citada, é dizer, pelo resgate parcial de R$ 3 milhões. Em seguida, foi aberta a votação quanto ao destino da aplicação e, por unanimidade, acatou-se a sugestão do Presidente para aplicação no Fundo Icatu Dividendos. Prosseguindo, foi exposta a ideia de resgate integral dos Fundos Itaú FOF (R$ 35 milhões) e Itaú Phoenix (R$ 5 milhões) para realocação no Fundo Itaú Dunamis. O Presidente trouxe ao lume a apresentação do Fundo Itaú Dunamis, explicando que este tem por estratégia uma análise fundamentalista (*DVS – Dynamis, Valuation, Market Sentiment*) e é gerido por uma equipe que tem visão internacional sobre a bolsa brasileira. Desvelou, outrossim, que a estratégia tida pela *Asset* como de retorno absoluto de renda variável no Brasil se apóia nos seguintes pilares: processo essencialmente *bottom-up* e análise *top-down* que permeiam todo o processo, visão internacional da bolsa brasileira, horizonte de investimento de médio-longo prazo (03

anos), baixa correlação dos papeis e forte integração do time de analistas e gestores. Na construção de portfólio, os gestores, dentro de um universo de 200 ações, acompanham 100 ações de perto, selecionam 50 ações como *"best ideas"*, para que, ao final, 20 destas componham o portfólio do Fundo. A linha de pensamento é investir em ações de empresas que tenham valor de crescimento esperado. O Fundo tem Taxa de Administração de 1,90%, podendo chegar a 2%, e Taxa de Performance de 20% do que exceder 100% do Ibovespa Fechamento. A cota de resgate é de D+21 dias úteis, enquanto que a de crédito é de D+23 dias úteis. Na comparação dos números de rentabilidade e volatilidade, verificou-se, por exemplo, que, enquanto o Itaú FOF rendeu 16,37% no ano, o Itaú Dunamis acumulou 23,77% no mesmo período, ou seja, uma diferença de mais 7%, que se repete em janelas mais longas. O Patrimônio Líquido Médio nos últimos 12 meses do Itaú Dunamis é de R$ 797.405.402,51, nada obstante, em 14 de agosto de 2019, o Fundo já atingiu a marca de R$ 2,6 bilhões. Na oportunidade, a comitente Carolinne indagou o porquê do resgate do Fundo Itaú Phoenix, já que, no comparativo de rentabilidade, este só perde para o Itaú Dunamis no mês e no ano. O Presidente do Comitê, em resposta, explicou que o motivo do resgate do Itaú Phoenix não é rentabilidade insatisfatória, mas, sim, porque não é vantajoso manter um fundo na Carteira com alocação tão baixa (no caso, cerca de 05 milhões). Ademais, em razão de o Fundo estar fechado para aplicação, explicitou que a melhor estratégia é somar tais recursos ao valor existente no Fundo Itaú FOF – o qual, como já demonstrado outrora, perde no comparativo de rentabilidade –, realocando-os no Itaú Dunamis, o que simplificará o Relatório de Investimentos e, via de consequência, o trabalho da SUPINV e do COMINV no acompanhamento de desempenho dos ativos e fundos existentes na Carteira. Logo após foi aberta a carteira do Itaú Dunamis e, por unanimidade, foi aprovado o resgate integral dos Fundos Itaú FOF e Itaú Phoenix com a realocação dos recursos ao Fundo Itaú Dunamis, ressalvando-se que, como o resgate do Itaú Phoenix é D+23 dias úteis e há a possibilidade de o Itaú Dunamis já estar fechado para aplicação até lá, o Comitê deliberar por outra destinação dos recursos em ocasião futura. Dando continuidade aos assuntos da pauta, o Presidente expôs que dois Fundos de Vértice

da Caixa existentes na Carteira vão pagar CUPOM de juros no mês de agosto, os quais somados perfazem cerca de R$ 2 milhões. Nesse sentido, seguindo a premissa do Comitê de reduzir a renda fixa e ampliar a exposição em renda variável, o Presidente propôs a aplicação de tal montante no Fundo Sulamérica Equities, que vem desempenhando muito bem, com rentabilidade de 27,03% no ano, além de ser um momento propício para investir na Bolsa. Após debaterem sobre as perspectivas do mercado nacional, à exceção do senhor Marcelo Magaldi que entendeu ser melhor verificar outras opções de fundos de ações, os comitentes aprovaram a proposta em epígrafe, no sentido de aplicar os R$ 2 milhões no Fundo Sulamérica Equities. Na sequência, o Presidente apresentou a proposta de resgate integral dos recursos alocados em um Fundo do Santander que acompanha o IMA-B5 (cerca de R$ 47 milhões), para aplicar no Fundo Santander Renda Fixa Ativo, que possui estratégia semelhante ao Itaú Alocação Dinâmica e ao BB Alocação Ativa, ou seja, o Gestor tem mais liberdade para aproveitar as oportunidades do mercado e o fundo tem *duration* livre, ao contrário de uma estratégia fechada em IMA-B5, que, além de passiva, atrela a performance do fundo somente a esse índice, o qual tem uma *duration* curta de até 05 anos. Com efeito, no comparativo de rentabilidade dos dois fundos em epígrafe, enquanto que o Santander IMA-B5 rendeu 8,33% no ano, o Santander Renda Fixa Ativo já acumula 9,92% no mesmo período. Nesse cenário, os membros do Cominv aprovaram, à unanimidade, o resgate total de R$ 47 milhões do Fundo Santander IMA-B5 e aplicação no Fundo Santander Renda Fixa Ativo. Por derradeiro, o Presidente do Comitê trouxe à baila uma sugestão de realocar o montante aplicado em um fundo DI da Caixa Econômica para outro fundo, também deste Banco, de Gestão Estratégica. Expôs que a posição em DI, nesta Casa, é de R$ 10 milhões, e tais recursos ficam à disposição para complementar o valor da Folha de Pagamento dos Aposentados e Pensionistas do Plano Previdenciário. Todavia, a Caixa tem um fundo de gestão ativa que é o Caixa Gestão Estratégica, que, tal como o Fundo DI, também tem a cota de resgate D+0, mas, por não estar atrelado ao CDI, tem entregado uma melhor rentabilidade. Assim, a ideia é realocar o montante em comento para esse outro Fundo de gestão ativa, a fim de tentar melhor rentabilizá-lo, sem deixar de tê-lo disponível para resgate imediato para

complemento da Folha de Pagamento, quando necessário. Rememorou, noutro giro, por se tratarem de recursos do PPREV, é necessário que batam a meta atuarial, e o Caixa Gestão Estratégica acompanha o IPCA, tendo como fator negativo apenas a volatilidade, que é maior se comparada a um fundo vinculado à Taxa DI. Elucidou, ademais, que ambos os fundos em análise não possuem Taxa de Performance e, no comparativo de rentabilidade, enquanto o Caixa DI acumulou 3,81% no ano (posição até 14/08), o Caixa Gestão Estratégica acumulou 12,89% no mesmo período. Isto posto, os membros, acatando a sugestão do Presidente do Comitê, aprovaram o resgate de R$ 10 milhões do Fundo Caixa DI para aplicação no Caixa Gestão Estratégica, por unanimidade. Sendo esses os assuntos da pauta, deu-se por encerrada a reunião, às dez horas e trinta minutos, da qual, eu, Flávio Rodrigues de Castro, participei e lavrei a presente Ata que assino com os demais membros.

PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Flávio Rodrigues de Castro
(Presidente do Comitê de Investimentos e Secretário)

Caio César Andrade
(Membro)

Janio José Paes Guimarães
(Membro)

Carolinne Nunes dos Santos
(Membro)

Marcelo Magaldi Alves
(Membro)

Fernando Krichanã dos Santos
(Membro)

Suani dos Santos Braga
(Membro)